



A REVITALIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DO BAIRRO PRAIA GRANDE - TORRES (RS) SOB A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES LOCAIS

*Luci Mônica Ferreira Pereira¹
Maria Emília Martins da Silva²
Gilberto da Rosa Gonçalves³*

RESUMO

O espaço costeiro brasileiro atualmente passa por alterações por meio do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), o qual visa descentralizar a gestão desse espaço, ordenando e preservando a orla, assim como salvaguardando sua sustentabilidade em relação às gerações futuras. Nesse princípio, o município de Torres (RS) aderiu ao Projeto Orla em 2012, com ações já consolidadas, como a revitalização do calçadão do bairro Praia Grande. Assim, o objetivo do estudo foi analisar a percepção ambiental dos moradores de Torres sobre o processo de revitalização da orla de Praia Grande, no tocante às dimensões da sustentabilidade. A pesquisa está amparada pelo paradigma interpretativista. Os métodos adotados em seu delineamento foram a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo de caso e, a observação não participante. Para a análise dos dados, foi utilizado método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os resultados demonstram que durante o processo de revitalização houve pouca participação da comunidade, porém, segundo a percepção dos moradores, a organização da orla de Praia Grande, a partir da intervenção pública no calçadão, beneficiou o turismo, contemplando aspectos como ordenamento dos quiosques; segurança aos pedestres e ciclistas, iluminação; fruição do lazer com a prática de exercícios dentre outros.

Palavras-chave: Turismo. Projeto Orla. Percepção Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Discurso do Sujeito Coletivo.

¹Tecnóloga em Gestão de Turismo, pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

²Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC. Docente do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

³Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Sombrio.

ABSTRACT

Now a day, Brazilian coastal areas are changing through the Project Management Integrated Maritime Orla - Orla Project, which aims to decentralize the management of the space, ordering and preserving the waterfront, as well as protecting its sustainability to future generations. In this principle, the municipality of Torres (RS) joined the Orla Project in 2012, with actions already consolidated, such as the revitalization of the boardwalk Praia Grande neighborhood. The objective of the study was to analyze the environmental perception of Torres residents about the process of revitalization of the Praia Grande waterfront, with respect to the dimensions of sustainability. The research is supported by the interpretive paradigm. The methods adopted in its design were the bibliographical and documentary research, case study and the non-participant observation. To analyze the data, we used the Collective Subject Discourse (CSD) method. The results show that during the revitalization process there was little community participation, however, as perceived by the residents, the organization of the Praia Grande waterfront, from the public intervention on the boardwalk, benefited tourism, covering aspects such as planning the kiosks; safety for pedestrians and cyclists, lighting; leisure enjoyment with practice exercises among others.

Keywords: Tourism. Orla project. Environmental awareness. Sustainable Development. Collective Subject Discourse.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é hoje uma sociedade com alto nível de urbanização, e a urbanização do litoral é um processo contemporâneo, ainda em curso na atualidade (MORAES, 1995; DIEGUES, 2001). As cidades costeiras apresentam, desde a década de 1960, uma profusão de pessoas se fixando nesse ambiente, assim como verifica-se ao longo dos anos, um aumento significativo de visitantes em períodos sazonais, característica peculiar das cidades turísticas litorâneas, que apresentam infraestrutura básica e de apoio ao turismo, para o acolhimento dos veranistas (MORAES, 1995; SILVA; SORIANO-SIERRA, 2013). É neste período que o segmento de turismo de sol e praia amplia-se para outros continentes, surgindo, assim, destinos turísticos litorâneos, como Acapulco (México), Viña Del Mar (Chile), Mar del Plata (Argentina), Punta Del Este (Uruguai) entre outros (BRASIL, 2010; FRANCIA, 2012).

No Brasil, o processo de desenvolvimento do turismo de sol e praia se consolida nos anos de 1970 com a construção de segundas residências no litoral, localizadas em trechos significativos da orla (BRASIL, 2010), em especial na orla de Copacabana – Rio de Janeiro. Ao longo de seu processo histórico de povoamento do litoral, o

turismo representa nessas cidades, uma das atividades econômicas predominantes, proveniente dos atrativos naturais e da prestação de serviços. Isto é devido a um clima ameno, ao seu considerável patrimônio natural e, por vezes, arqueológico, mas, sobretudo, para a fruição do lazer nas praias, sendo a orla e as praias os maiores motivos de visitação ao litoral (LANZA; RANDAZZO, 2013).

Segundo Francia (2012); Lanza e Randazzo (2013); Silva e Soriano-Sierra (2013), as cidades litorâneas apresentam impactos positivos e negativos em áreas de maior adensamento da costa, como por exemplo, a erosão costeira causada pela crescente urbanização e verticalização da orla (hotéis, segundas-residências, comércio, etc.), inúmeras formas de poluição, mas em especial a poluição estética e sanitária, que atribui um visual cênico distorcido da paisagem natural, a poluição dos mananciais que abastecem as cidades, problemas viários dentre outros.

Moraes (1995) explica que muitos dos impactos negativos são gerados pela ausência de um planejamento urbano preventivo, que trate o vetor ambiental como o centro das decisões locais. Além disso, há também ausência de planos de gerenciamento costeiro e capacidade de carga em muitas cidades localizadas na costa, em que, no caso do turismo, não apresentam suporte de atendimento aos visitantes, cuja população flutuante pode exceder em até cinco vezes a população fixa local. A esse respeito, Ruschmann (1997) afirma que o gestor do turismo é responsável pelo meio ambiente e tem consciência dos problemas difíceis e conflitantes ocorridos nos destinos turísticos e, por isso, devem criar condições para melhorar a gestão sustentável dos espaços naturais de múltiplos usos, incluindo a orla e seus ecossistemas para as atuais e futuras gerações.

Cabe lembrar que a base legal que permeia o segmento de turismo de sol e praia, está fundamentado nos aspectos de gestão patrimonial, ordenamento territorial, gestão de recursos hídricos, gestão da zona costeira e da orla marítima e gestão ambiental (BRASIL, 2010; SILVA, 2013). Sendo assim, as atividades do turismo de veraneio desenvolvem-se, de forma geral, em áreas consideradas de preservação permanentes, ecologicamente frágeis, cujos ecossistemas são tanto marinhos quanto terrestres.

Oliveira e Nicolodi (2012, p.97) asseveram que os “padrões de desenvolvimento da zona costeira, em especial a orla, devem decorrer da integração das dimensões econômica, social e ambiental, refletindo os diferentes interesses e

necessidades dos grupos sociais que vivem na zona costeira”. Por isso, a gestão sustentável para o desenvolvimento do destino turístico litorâneo abarca uma abordagem inter e multidisciplinar, culminando na atuação e na sinergia de diversas áreas do conhecimento, assim como na participação efetiva de todos os atores da sociedade civil organizada, esferas pública e privada.

A sazonalidade torna-se cada vez mais uma preocupação para as cidades turísticas e litorâneas, como é o caso do município de Torres, localizado no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, onde a população flutuante é muito superior à população fixa. Assim como muitos destinos turísticos litorâneos, Torres também não apresenta capacidade de suporte para atender satisfatoriamente um grande fluxo de visitantes na alta temporada, resultando, por consequência, em muitos impactos ambientais e sociais no destino, sobretudo no espaço praial.

No intuito de organizar e planejar o seu espaço costeiro, o município de Torres aderiu ao Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) no ano de 2012. O Projeto Orla, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria do Patrimônio da União busca introduzir ações sistemáticas de planejamento e ações locais, repassando atribuições que eram de responsabilidade do Governo Federal para os municípios, incorporando normas ambientais e regulamentações para a gestão descentralizada da orla (BRASIL, 2006). Scherer (2013, p.8) explica que “uma grande contribuição do Projeto Orla à gestão de praias é a sua metodologia que preconiza e põe em prática a coordenação e cooperação entre as diversas esferas governamentais, União, Estados e Município”.

Com base no cenário apresentado, a cidade de Torres (RS) constitui o objeto de estudo desta investigação. Sua orla foi dividida em oito trechos, assim denominado pelo Projeto Orla, conforme as semelhanças geográficas. Entre esses, a investigação social deu-se no espaço que compreende a orla do bairro Praia Grande, cuja intervenção pública decorreu a revitalização do calçadão, com melhorias para os moradores e visitantes da cidade, como recapeamento asfáltico da avenida Beira-Mar, melhorias na drenagem pluvial da área, a instalação (parcial) da ciclovia e calçada nivelada.

Por conseguinte, o objetivo do estudo foi analisar a percepção ambiental dos moradores do município de Torres – Rio Grande do Sul sobre a revitalização da orla marítima do bairro Praia Grande, resultado de uma das ações do Projeto Orla.

2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

A preocupação mundial com os recursos naturais deu-se a partir da década de 1960, acentuando-se em 1970, a partir da percepção da sociedade global de que os recursos naturais são finitos, embora compreendido por muitos povos e nações, como abundantes e inesgotáveis. Essa percepção, ainda incipiente na época, suscitou outras reflexões mais polêmicas e questionamentos a respeito do modelo de desenvolvimento vigente nos países desenvolvidos e, em desenvolvimento (PHILIPPI JR et al.; 2013).

O marco do processo do “desenvolvimento sustentável” ocorreu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano na cidade de Estocolmo (Suécia). Segundo Seiffert (2011, p. 12), os membros dos países desenvolvidos presentes no evento defendiam um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais, “pregando que medidas preventivas teriam de ser implementadas imediatamente, o que evitaria um grande desastre no futuro”. Muitos problemas enfrentados na ocasião e, inclusive, até os dias atuais pelos países em desenvolvimento, foram levantados, como a miséria, moradia precária, saneamento básico, enfermidades infecciosas entre outras mazelas sociais, que necessitavam desenvolver-se socialmente e economicamente.

Segundo Sachs (2008, p. 13), é preciso distinguir a diferença entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento, inculcados à premissa da sustentabilidade. Para o autor, os objetivos do desenvolvimento “vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. Já o crescimento, é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e completa para todos”. “O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza, e se não atenua as desigualdades” (SACHS, 2008, p. 13).

Em 1987, foi publicado um dos documentos mais importantes sobre o tema, o “*Relatório Brundtland*”, intitulado “Nosso Futuro Comum”, o qual apontava as inúmeras desigualdades existentes entre os países pobres e ricos, sobretudo evidenciando a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais (SEIFFERT, 2011). O Relatório, segundo Tinoco e Kraemer (2004) define as premissas sobre o Desenvolvimento Sustentável, o qual contém dois conceitos chaves: “necessidades” e “a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades das gerações futuras”. Portanto, o conceito global ficou definido como: “Desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT, 1987, p.43).

Contudo, esta definição ao longo dos anos tem sido criticada por especialistas como muito generalista. Allen, Tainte e Hoekstra (2003) argumentam que sustentabilidade é uma questão de valores, e os valores são variáveis, mutáveis e transitórios, por isso sustentabilidade será sempre relativa. Os autores expõem que tais valores variam entre indivíduos, grupos e sociedade e, tendem a mudar ao longo do tempo (ALLEN; TAINTE; HOEKSTRA, 2003 apud PAN, 2010; ESQUERPERALTA; VELAZQUES; MUNGUIA, 2008). Ainda sob tal aspecto, Claro, Claro e Amâncio (2008) explicam que existem inúmeras definições sobre o termo “sustentabilidade”, porém, o ponto comum em todas elas está nas dimensões que compõem o termo *desenvolvimento sustentável*, também conhecido como *triple bottom line*, que são: econômica, ambiental e social.

Sachs (2008), ao discutir o assunto, evidencia que outras áreas do conhecimento estão diretamente envolvidas ao conceito de desenvolvimento, como a aproximação da economia, da ética e da política. Sachs (2008) e Seiffert (2011) acrescem outras dimensões à sustentabilidade, além das consideradas vitais para o processo de desenvolvimento. Quais sejam: *a) territorial*: distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; *b) político*: governança democrática, *c) cultural*: valorização da cultura e da identidade local, *d) tecnológica*: alternativas tecnológicas para prevenir a degradação ambiental.

Deste modo, eis que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável conclamam uma abordagem multidisciplinar. A sustentabilidade, embora compreenda

vários conceitos e definições, não deve ser vista como um paradigma isolado, justamente por necessitar de uma gama de conhecimentos e do diálogo permanente com áreas afins, sendo, portanto, um tema transversal e multifacetado nos dias atuais.

3 AS CIDADES COSTEIRAS E O SEGMENTO DE TURISMO DE SOL E PRAIA

Os destinos turísticos de sol e praia se diferem em seu processo de desenvolvimento ao longo do território, em função das diferentes atividades sociais e econômicas locais, ou seja, da dinâmica de uso e ocupação em termos de espaço e tempo (SILVA, 2013). Um dos principais segmentos do mercado turístico envolve o turismo de sol e praia, também conhecido como turismo balnear ou de sol e mar. Esse segmento encontra-se significativamente desenvolvido no Brasil, especialmente em regiões propícias com maior extensão de litoral e ao clima subtropical e tropical, como, por exemplo, a região Nordeste. Segundo Silva (2013), o Brasil cresce no turismo de sol e praia com muitas possibilidades, mas para explorá-lo, deve haver responsabilidade social e ambiental, conhecimento e respeito aos ecossistemas costeiros.

O maior problema da ausência de planejamento em localidades turísticas consiste no seu desenvolvimento descontrolado, que leva à descaracterização e a perda da identidade das destinações que motiva o fluxo turístico (RUSCHMANN, 1997). Neste viés, a ausência de planejamento do espaço costeiro por parte do poder executivo municipal e, demais entidades governamentais, acarreta inúmeros problemas de ordem estrutural, como por exemplo, infraestrutura precária para receber fluxos turísticos, tais como saturação do esgotamento sanitário e da capacidade de atendimento de água, tráfego intenso de automóveis, incorrendo em poluição visual e sonora e aumento do CO², especulação imobiliária demasiada e outros impactos negativos nas cidades litorâneas (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

Por outro lado, o turismo de sol e praia propicia também impactos positivos relevantes para a comunidade local, por meio da geração de emprego influenciando a economia local e regional, aumento da autoestima da população, pela valorização da cultura e dos saberes das comunidades envolvidas com a atividade turística. Atualmente tem-se verificado maior preocupação por parte dos diversos atores sociais envolvidos com o espaço costeiro e, por consequência, com as cidades litorâneas que

encontram no turismo sua principal atividade econômica, a exemplo dos municípios que implementam o Projeto Orla com projetos de revitalização (SILVA, 2013).

Nesse contexto, Ordoqui (2010) comenta que o impacto do turismo de sol e praia necessita de estudos que integrem a teoria e a prática em dimensões como a físico-natural, o ambiente construído, práticas sociais e culturais, políticas institucionais, legislação e planejamento, com o objetivo de adquirir melhor compreensão da governança ambiental na atividade turística em praias e zonas costeiras. Feris (2010) corrobora e, evidencia que a governança ambiental deve envolver um elemento social, aderindo a valores como transparência, responsabilidade e participação do público nas tomadas de decisões.

3.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL E SUA INTERPRETAÇÃO NO TURISMO

O estudo da percepção ambiental está intimamente relacionado aos processos cognitivos, numa perspectiva em que os indivíduos possam compreender melhor as suas relações com o meio ambiente, seja individual ou coletivamente, em suas expectativas, julgamentos, condutas e valores (LERÍPIO; CAMPOS; SELIG, 2003).

O entendimento sobre a percepção ambiental está diretamente vinculado à expectativa que cada pessoa imagina em relação ao meio ambiente. Durkheim (2009, apud RODRIGUES et al., 2012) interpreta a percepção como um modo de representação social. Por isso, em uma pesquisa social, os resultados provenientes das percepções ambientais de determinado grupo de pessoas podem contribuir para uma gestão sustentável nas regiões turísticas, por meio de uma visão mais apurada e ampliada, visando contribuir com a gestão pública em suas decisões e planos estratégicos (SILVA, 2013).

No turismo essa percepção toma um sentido mais abrangente, pois segundo Oliveira (2012), para abordar assuntos relacionados à percepção ambiental, deve-se ter uma visão de mundo, visão de meio ambiente físico, natural e humanizado. Para disseminar a percepção de preservação ambiental o assunto deveria ser discutido em todas as esferas da sociedade, para que ações sejam tomadas a fim de proteger o meio ambiente, como salienta Silva (2013, p.53):

Os problemas ambientais são conhecidos por toda a humanidade, entretanto, somente são percebidos por uma pequena fração da população e, por uma parcela menor ainda dos gestores públicos ou privados.

Segundo Costa (2011) as características ambientais influenciam os indivíduos em suas emoções e sentidos, fornecendo elementos para mensurar uma situação. As percepções individuais estão ligadas intrinsecamente nas experiências vividas. Portanto, torna-se necessário a organização de programas de planejamento e de educação ambiental que abranja tanto os moradores locais quanto os visitantes do destino, visando estimular, em ambos, a percepção necessária ao desenvolvimento de um turismo condizente com a sustentabilidade local.

4 PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA MARÍTIMA: INSTRUMENTO DE GESTÃO COSTEIRA

O Brasil possui grande extensão de costa, incluindo espaços de orla marítima e praias, reconhecidos pela Constituição Nacional (BRASIL, 1988) como patrimônio nacional. Conforme destaca o Ministério do Turismo, a costa brasileira possui cerca de 8.500 km de linha de costa e uma variada diversidade cultural e socioambiental, com rede hidrográfica de 35.000km de vias navegáveis e cerca de 9.260km de margens de reservatórios de água doce – oriundos da implantação de hidrelétricas (BRASIL, 2010).

A Constituição Federal de 1988 consagrou o meio ambiente como bem de uso comum, e declarou a Zona Costeira como patrimônio nacional (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Definido pelo Decreto n.º5.300/2004, em seu art. nº 23, a orla compreende uma faixa de 50 metros para áreas urbanizadas e 200 metros para áreas não urbanizadas, a partir da linha de preamar média de 1831 em direção à área urbanizada e, no mar até a isóbota⁴ de 10 metros (profundidade 10 metros) (BRASIL, 2004).

O patrimônio natural contido na zona costeira do Brasil pode ser considerado como de grande valor ambiental, apresentando recursos altamente valiosos, tanto do ponto de vista ecológico quanto socioeconômico (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012). Neste sentido, o Projeto Orla foi concebido como um dos instrumentos do

⁴**Isóbata** é o nome de uma linha que em um mapa ou em uma carta náutica une os pontos que apresentam a mesma profundidade sub-aquática.

Gerenciamento Costeiro (GERCO), emanado do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro de 1997, e do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), de 2005. Ele visa responder a uma série de demandas de ordenamento do uso e ocupação das bordas litorâneas do território nacional, que foram com o passar do tempo, se tornando evidentes na prática da gestão ambiental e patrimonial (OLIVEIRA; NICOLODI, 2012).

Seus objetivos estratégicos preconizam: a) fortalecer a capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla [...]; b) desenvolver mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; c) estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla (BRASIL, 2006). Em síntese, consiste em um projeto para descentralizar a gestão da orla entre as três esferas – União, Estados e Municípios, definindo as ações de cada órgão (BRASIL, 2004). O Projeto Orla visa organizar os espaços que são de uso comum, mitigando os impactos causados pelas intervenções desastradas pela gestão pública e privada.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento metodológico da pesquisa está fundamentado no paradigma interpretativista, o qual busca uma democratização das ideias por meio da experiência vivida. Segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa é realizada por meio de questionário com perguntas semiestruturadas, e com os sujeitos escolhidos conforme conveniência para o pesquisador, por acessibilidade ou conhecimento do assunto investigado, ou seja, adotou-se no estudo a amostragem não probabilística.

A pesquisa caracterizou-se quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2010). Os métodos adotados foram primeiramente, a pesquisa bibliográfica; o estudo de caso, o qual apresenta como característica o aprofundamento do assunto, pela sua natureza ou complexidade (TRIVIÑOS, 1987), a pesquisa documental e a observação não participante (GIL, 2010). Os métodos de pesquisa adotados e interpretados em conjunto propiciaram a análise de como a percepção ambiental influencia a construção do conhecimento dos atores sociais sobre a gestão sustentável da orla.

5.1 COLETA DE DADOS

A técnica adotada para a coleta de dados foi a entrevista semiestrutura com perguntas abertas. A amostragem caracterizou-se pela classificação não probabilística e por conveniência. As entrevistas foram realizadas com moradores do município de Torres, entre os dias 21 e 24 de novembro de 2014. Os encontros aconteceram no local de trabalho dos entrevistados. Ao todo, foram entrevistados seis moradores, cuja atividade profissional, previamente selecionada, é apresentada a seguir: a) corretor de imóveis, b) agente administrativo, c) recepcionista, d) comerciante de quiosque, e) atendente de caixa e f) gerente administrativo.

Salienta-se que a participação dos entrevistados se deu após os mesmos terem lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Dessa forma, a utilização das informações contidas na entrevista se mantém no anonimato. Com o consentimento dos participantes as entrevistas foram gravadas (áudio) para posterior transcrição e análise de acordo com o método DSC.

O roteiro de pesquisa foi elaborado contendo seis questões que visavam à percepção ambiental dos moradores em relação à revitalização da orla do bairro Praia Grande, sob a perspectiva sustentável, tendo como subsídio o trabalho de Silva (2013). Estas são apresentadas a seguir:

- a)** Você costuma frequentar o calçadão do bairro Praia Grande em Torres (RS)? Quais são os principais motivos?
- b)** A revitalização da orla marítima do bairro Praia Grande em Torres (RS) favoreceu o turismo no município? Como? Comente a respeito.
- c)** Comente sobre sua percepção acerca do planejamento da orla do bairro Praia Grande, no tocante a intervenção pública para sua revitalização.
- d)** Em sua opinião, você acredita que Torres apresenta gestão sustentável da orla marítima, considerando os aspectos social, ambiental e econômico?
- e)** Em relação aos efeitos do processo de ocupação da orla do bairro Praia Grande, como você avalia os seguintes aspectos: (a) Degradação do ambiente natural. (b) Ocupação desordenada e falta de infraestrutura. (c) Verticalização dos imóveis e ausência do sol na praia. (d) Descaracterização das comunidades tradicionais: (e). Outros.

- f) Que ações ou projetos você considera relevante ao município adotar para a sustentabilidade de toda a extensão orla marítima de Torres?

5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para a análise dos dados utilizou-se do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) referendado por Lefèvre e Lefèvre (2003), que visa o “resgate do pensamento de uma coletividade sobre um determinado tema”, por meio de depoimentos individuais, compostos por uma ideia central. Os autores criaram a técnica do DSC, para suprir a “lacuna” do pensamento individual, criando-se um “pensamento coletivo”, por meio dos discursos individuais. Em termos metodológicos, o conhecimento está mais validamente presente no indivíduo que no grupo, uma vez que o pensamento coletivo se constitui no “saber” e “pensar” de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

5.3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDO

O município de Torres está localizado no extremo do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, nas coordenadas 29° 20' 07" S e 49° 43' 37", compreendendo uma área de 160,565 km², distante a 198km da capital do Estado, Porto Alegre e a 280km da capital do estado de Santa Catarina - Florianópolis. Apresenta como municípios limítrofes, Passo de Torres (SC), ao norte, Dom Pedro de Alcântara e Arroio do Sal ao sul e, Mampituba a oeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Atualmente Torres é reconhecida no estado do Rio Grande do Sul como a melhor cidade litorânea em relação aos atrativos naturais e infraestrutura para os visitantes e moradores. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município apresentou uma população de 34.656 hab. no ano de 2010, embora o número de residentes venha crescendo como indica a estimativa do IBGE de 2013, para 36.595 hab. Segundo a Secretaria de Turismo (2014)⁵, a

⁵ Informações cedidas pela Secretaria de Turismo de Torres, em junho de 2014.

população flutuante referente à temporada de verão 2013/2014 foi de aproximadamente 200 mil pessoas.

O campo de pesquisa foi a extensão da orla do bairro Praia Grande, que se localiza entre a Rua Tiradentes e segue até a Praça Pinheiro Machado.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da percepção ambiental torna-se possível avaliar o conhecimento intrínseco de cada indivíduo, pois esse conhecimento advém das experiências e sentimentos vivenciados, tornando-se mais relevante quando esse grupo passa por mudanças em seu espaço de convívio pessoal, como é a orla e seus recursos adjacentes.

A primeira pergunta procurou saber se os participantes utilizavam o calçadão da orla e quais os motivos que o levavam ao local. A principal ideia central levantou a prática de exercícios, especialmente como a caminhada, como demonstra o DSC a seguir:

IC – Para caminhar e praticar exercícios

DSC: *Para lazer né, para lazer uma caminhada, é uma praia boa (...), tem uma infraestrutura boa. Caminho, normalmente para caminhar. Por motivo esportivo, meramente esportivo e saúde.*

A segunda pergunta buscou identificar se a revitalização da orla do bairro Praia Grande favoreceu o turismo no município, na visão do participante. As respostas dos seis entrevistados foram semelhantes, evidenciando a qualidade da infraestrutura implantada no calçadão com diversas melhorias para o desenvolvimento do turismo. A esse respeito, Beni (2001) ressalta que a infraestrutura do núcleo receptor deve incluir os serviços urbanos, investimentos necessários e recursos disponíveis, tal como confirmaram os depoimentos. O DSC é apresentado a seguir:

IC – Qualidade da infraestrutura

DSC: *Favoreceu, melhorou a qualidade dos quiosques. Definiu melhor o comércio que era desordenado, hoje cada ramo tem o seu local específico. Mas as melhorias que foram feitas realmente eram necessárias, e eu acredito que foram muito boas sim. Estruturando todas as partes eu acho que tem como abrir espaço até para mais pessoas poderem trabalhar. Principalmente na área da gastronomia.*

Na terceira pergunta questionou-se sobre a percepção do planejamento público na revitalização da orla do bairro Praia Grande, em relação à intervenção pública. Para esta questão as respostas demonstraram que a padronização e uniformização do calçadão foram satisfatórias na visão dos frequentadores, incluindo o termo “sensibilidade” ao se referirem ao poder executivo local. Beni (2001) novamente contribui ao informar que o planejamento territorial é um instrumento poderoso e indispensável para o desenvolvimento econômico, social e cultural, como pode ser visualizado no DSC, a seguir:

IC – Padronização e organização

DSC: Agora que eles já definiram bastante como iria ser. Eu não sei se foram vários projetos ou se o projeto foi feito em partes para cada extensão da praia. Mas agora estão querendo formar um padrão, não tinha padrão agora está tendo um padrão. Agora se tem a sensibilidade, e a impressão que dá, é que quem fez aquela reforma ali é alguém que frequenta a praia, e que sabe as necessidades. No começo não estava bem organizado.

A quarta pergunta buscou saber se Torres apresenta uma gestão sustentável da orla marítima, considerando os aspectos social, ambiental e econômico. Esta questão demonstrou enfaticamente a satisfação dos entrevistados e seu conhecimento sobre as dimensões da sustentabilidade, o que permite refletir na consciência das pessoas que atuam na proximidade da orla.

IC – Sustentabilidade social e ambiental

DSC: Projetos que eles colocaram em prática, como a limpeza da praia (...) têm algumas ONGs que fazem um trabalho muito forte para reciclagem. Socialmente e ambientalmente, eu acredito que também, porque tem toda essa questão de preservar as dunas e a praia. Tudo isso tenha sido bem pensado, para não afetar o meio ambiente também. O ambiental até que eles respeitam bastante e está ficando bonito.

IC – Sustentabilidade econômica

DSC: O lado econômico também. Eu vejo que o pessoal está usando mais o calçadão, está caminhando mais, tem mais movimento de pessoas. Quando vem alguém comprar um imóvel, por exemplo, ele já se imagina usando o calçadão. Com certeza vai melhorar, os turistas vão vir mais, vão frequentar um pouco mais o calçadão.

A quinta pergunta questionou os entrevistados sobre o processo de ocupação da orla do bairro Praia grande, em relação à degradação do ambiente natural; a

ocupação desordenada e falta de infraestrutura, a verticalização dos imóveis e, a ausência de sol na praia.

A primeira ideia central demonstra enfaticamente a opinião dos moradores sobre o processo de verticalização da orla, processo esse que está ocorrendo com frequência em muitos destinos litorâneos, e com isso, causando erosão costeira, o que na visão de Lanza e Randazzo (2013), implica uma ação irreversível para os ecossistemas. Ademais, é premente o conhecimento de muitos dos entrevistados sobre as leis ambientais e do Plano Diretor, o que demonstra novamente o conhecimento sobre os desafios e deveres da gestão pública.

IC – Não deve haver verticalização

DSC: *Não deve haver verticalização. O plano diretor (...), entrou em vigor em 1995, e Torres já era uma praia muito grande, então até lá foi crescendo cada um de um jeito. Mas é claro que prédio muito grande, nós não podemos ter a 100 metros da orla marítima, da beira da praia. Essa distância deveria ser maior, porque eu acho que a poluição visual é demais. Prefiro que Torres não se transforme 'numa Camboriú', prefiro que agora sendo votado no município, tenha mais juízo de fazer prédios um pouco mais distantes da orla. É proibido construir prédios na beira da praia, isso é importante, tem que ter sol, tem que ter praia, se não, não adianta nada. O que está feito está feito, mas não abrir mais construções ali para edifícios.*

IC – Degradação ambiental na Praia Grande

DSC: *Aqui é bem forte o cuidado, você pode ver as dunas que são APP ninguém mexe de forma nenhuma. É bem organizado. Eu tenho essa visão que é bem protegida a orla, bem protegida. Sinceramente, eu não vejo muita degradação aqui na Praia Grande. Acredito que não há degradação, acho que estão preservando sim. Devido às leis ambientais novas, que foram reformadas.*

A descaracterização das comunidades tradicionais é uma realidade na maioria dos destinos turísticos litorâneos, que, ao longo do seu processo de adensamento, foi dando lugar à especulação imobiliária e satisfazendo tais comunidades com a aquisição monetária de seus imóveis, localizados à beira mar. Contudo, é eminente a ausência de identidade cultural no bairro, novamente fruto da intensa urbanização. Silva (2013) demonstra esta mesma realidade em estudo realizado na cidade de Itapema (SC), no bairro Meia Praia.

IC – Descaracterização das comunidades tradicionais

DSC: *As famílias tradicionais do local aqui sempre usaram esta ocupação para turista, vamos dizer assim...como meio econômico. O pescador ficava mais à beira rio, na beira do rio Mampituba. Ali era mais um lugar de banhado e areia, então não acredito que houve grandes conflitos em função da ocupação do espaço. Hotel aqui tem mais de 30 anos a maioria, e já não tem mais aquele 'pescadorzinho', é muito voltado ao turismo. Já foi criado como um local de segunda moradia pelas pessoas que ali compravam aquela área.*

A sexta pergunta questionou sobre ações ou projetos considerados relevantes ao município adotar para a sustentabilidade de toda a extensão da orla marítima de Torres. Sobre esta questão, as repostas mais relevantes voltaram-se à necessidade de realização de uma campanha de conscientização ambiental com relação ao lixo, ou seja, os moradores de fato estão preocupados com o ambiente natural da cidade.

IC – Relação ao meio ambiente

DSC: *Eu acredito que ainda falta muito em relação ao meio ambiente, na questão de melhoria acredito que falta muita lixeira. Uma campanha de conscientização um pouco maior da população e também por parte do poder público em ajudar, em coloca mais lixeiras.*

No decorrer do estudo perceberam-se que as perspectivas e os anseios no que se refere ao espaço de uso comum, foram compartilhados por meio dos DSC`s que segundo Lefèvre e Lefèvre (2005), essa soma de pensamentos iguais ou semelhantes, de um grupo representa as ideias coletivas. No que tange a revitalização do calçadão da orla do bairro Praia Grande, a comunidade identifica que o local é de real importância, e tem consciência de que esse espaço é um patrimônio natural e de relevante importância para a comunidade, o qual deve ser utilizado de modo sustentável, com preservação para as gerações futuras.

Essa premissa é corroborada por Van Bellen (2002), ao afirmar que a apropriação desses recursos não renováveis, utilizado de forma indiscriminada acabam por prejudicar todo ecossistema do local. Van Vu ren et al. (2004 apud LANZA; RANDAZZO, 2013) acrescentam que a crescente pressão sobre o litoral pode causar um impacto permanente, o que pode pôr em risco os ecossistemas e até mesmo a qualidade de vida da população.

De acordo com Costa (2011), as intervenções públicas podem influenciar os indivíduos, em conjunto com suas emoções e sentidos, fornecendo assim, elementos para mensurar e avaliar a situações ocorridas nos espaços naturais. No que foi

possível avaliar por meio do referido estudo, a gestão está sendo realizada de forma sustentável, e observada de perto por todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou conhecer quais interferências o Projeto Orla trouxe para as pessoas que de alguma forma utilizam o calçadão da orla do bairro Praia Grande/Torres, no que se refere à gestão participativa e sustentável dos órgãos públicos. Dessa forma, compreende-se como é relevante o conhecimento sobre os anseios da comunidade local, de uma cidade costeira que tem no turismo sua principal fonte de renda, assim como um patrimônio natural relevante.

No tocante à revitalização do calçadão, os entrevistados foram indagados sobre a intervenção da administração pública no espaço supracitado do bairro Praia Grande, com um dos resultados do Projeto Orla consolidados no município. Embora, alguns dos participantes tenham acompanhado o processo, até o momento da entrevista não haviam analisado o entorno e avaliado os resultados. Outros se mostraram mais atuantes e com percepção mais crítica, principalmente nos assuntos econômicos.

Tendo em vista que a revitalização do calçadão teve início há cerca de dois anos e não possui dados sobre os impactos positivos e/ou negativos percebidos pelos frequentadores do local, percebe-se que há necessidade de constante avaliação para possível reordenamento do calçadão e monitoramento dos impactos que poderão ocorrer ao longo do tempo.

Os principais pontos positivos destacados pelos moradores foram as melhorias na calçada e a implantação de iluminação, possibilitando a prática de atividade física no horário noturno com segurança. Outro aspecto percebido pela comunidade foi a organização dos quiosques, definindo por setores alimentícios, além da proteção do meio ambiente, com algumas ressalvas de melhorias nas obras realizadas. Ficou demonstrado de forma explícita e unânime o posicionamento contrário à verticalização das construções imobiliárias na orla do bairro Praia Grande, um dos principais conflitos de interesses vistos atualmente.

Com isso abrem-se novos questionamentos para pesquisas com ampliações de discussões com atores sociais segmentados, visto que, os entrevistados direcionarão as respostas, correlacionando com as suas respectivas áreas de

interesse. Ademais, os moradores de uma cidade litorânea, assim como os demais atores sociais devem ter voz ativa nos processos e projetos de intervenção pública, especialmente quando estas se fazem em áreas de preservação permanentes, como é o caso da orla marítima e demais ecossistemas marinhos e terrestres.

Enfim, a interdisciplinaridade traduz o conhecimento disciplinar sólido, sem o qual não há como desenvolver pesquisas interdisciplinares de qualidade. Pillippi Jr. et al (2013) defendem que a realização de trabalhos em bases interdisciplinares na temática ambiental pode assumir caminhos variados, como a pesquisa outrora apresentada.

REFERÊNCIAS

ALLEN, T.; TAINTER, J.; HOEKSTRA, T. *Supply-side sustainability*. New York: Columbia University Press, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. *Decreto-lei nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004*. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 7 dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Projeto Orla: fundamentos para Gestão Integrada*. Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, Brasília, DF, Brasil, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo de sol e praia: orientações básicas*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BENI, M.C. *Análise estrutural do turismo*. 6.ed. São Paulo: Senac, 2001.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. *Tourism, ecotourism and protected areas*. Gland, Suíça e Cambridge: IUCN, 1996.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, v.43, n. 4, out./dez., p. 289-300, 2008.

COSTA, N. B. R. da. Impactos sócio-ambientais do turismo em áreas litorâneas: um estudo de percepção ambiental nos balneários de Praia de Leste, Santa Teresinha e Ipanema–Paraná. *Revista Geografar*, v. 6, n. 2, 2007.

DIEGUES, A.C. *Ecologia humana e planejamento costeiro*. Universidade de São Paulo, SP, 2001.

ESQUER-PERALTA, J.; VELAZQUEZ, L.; MUNGUÍA, N. Perceptions of core elements for sustainability management systems (SMS). *Management Decision*, v. 46, n. 7, p. 1027-1038, 2008.

FERIS, L. A. The role of good environmental governance in the sustainable development of South Africa. PER: *Potchefstroomse Elektroniese Regsblad*, v. 13, n. 1, p. 73-234, 2010.

FRANCIA, J. A. B. Ocupación del territorio litoral em ciudades turísticas de México. *Bitacora 20*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, v.1, p.41-52, 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Rio Grande do Sul – Torres. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432150&search=rio-grande-do-sul|torres|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 22 set. 2014>. Acesso em: 23 set. 2014.

LANZA, S.; RANDAZZO, G. Tourist-beach protection in north-eastern Sicily (Italy). *Journal of Coastal Conservation*, v.17, march, p. 49-57, 2013.

LEFÈVRE, F.; LEVÈVRE, A. M. C. *Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LEFÈVRE, F.; LEVÈVRE, A. M. C. *O Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.

LERÍPIO, A. A.; CAMPOS, L. M. S.; SELIG, P. M. O papel da percepção na educação e desempenho ambiental das organizações: uma discussão sobre o tema. *Contrapontos*, v.3, n. 1, p. 119-129, Itajaí, jan./abr. 2003.

MORAES, A. C. R. *Os impactos da política urbana sobre a zona costeira*. Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília. 1995.

OLIVEIRA, L. *Percepção ambiental*. Geografia e Pesquisa, Ourinhos, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/135/68>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

OLIVEIRA, M. R. L. de; NICOLODI, J. L. A gestão costeira no Brasil e os dez anos do projeto Orla: uma análise sob ótica do poder público. *Journal of Integrated Coastal Zone Management*. 24 abr., p. 89-98, 2012.

ORDOQUI, J. M. Governabilidad ambiental y turismo en el litoral marítimo: el caso de Mar de las Pampas, Provincia Buenos Aires - Argentina. *Estud. perspect. tur.*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 19, n. 4, ago. 2010.

PAN, W. Ranking Sustainable cities: a critical review. In: Proceedings of the First International Conference on Sustainable Urbanization, 2010, Hong Kong, China *Anais...* Hong Kong, p.1147-1156, 2010.

PHILIPPI JR., A. et al. *Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e ciências ambientais*. Revista Brasileira de Pós-graduação, Brasília, v. 10, n. 121, p. 509-533, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES. *Artigos*. Disponível em: <http://www.torres.rs.gov.br/index.php/component/content/article/25-secretarias-e-orgaos/secretaria-turismo-comercio-industria/374-reveillon-em-torres-ja-tem-programacao>. Acesso em: 25 set. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES. *Cidade ambiental*. Projeto Orla de Torres. RS. 2012.

RODRIGUES, M. L. et al. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. suppl. 3, p. 96-110, 2012.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHERER, M. Gestão de Praias no Brasil: Subsídios para uma Reflexão. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 13, n. 1, p. 3-13, 2013.

SEIFFERT, M. E. B. *Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, M. E. M. *Gestão Sustentável da Orla Marítima em Destinos Turísticos Costeiros: a percepção dos atores sociais*. Dissertação de Mestrado – (Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, M. E. M.; SORIANO-SIERRA, E. J. Gestión sustentable de la orla marítima em destinos turísticos: una perspectiva social sobre el proyecto Orla. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, Buenos Aires, v.22, n.5, sep. p. 805-827, 2013.

TINOCO, J.E.P.; KRAEMER, M.E.P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2002. 235 p. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

WORLD COMISSION ON ENVIROMENTAL AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.